

ENTREVISTA COM WALTER PIAZZA JUNIOR, DIRETOR DA ESGÁS: A GÊNESE DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO BRASIL E O PAPEL DOS "ANFÍBIOS" NA BUSCA PELA SOBERANIA

Leonardo Mosimann Estrella¹

Resumo: A entrevista foi realizada como parte de projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (Ppgplan) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) sobre o cenário de distribuição de gás natural em Santa Catarina contextualizado nos âmbitos nacionais e globais. O entrevistado, Walter Fernando Piazza Júnior, egresso da Petrobras, já atuou na direção da concessionária responsável pela distribuição do combustível no estado, a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), assim como em diversas outras distribuidoras de gás natural do Brasil, estando atualmente na ESGás.

Palavras-chave: Gás natural. Santa Catarina. Infraestrutura. Serviço público. Desenvolvimento regional.

INTERVIEW WITH WALTER PIAZZA JUNIOR, DIRECTOR OF ESGÁS: THE GENESIS OF NATURAL GAS DISTRIBUTION IN BRAZIL AND THE ROLE OF "AMPHIBIANS" IN THE QUEST FOR SOVEREIGNTY

Abstract: This interview was carried out as part of a research project for the Postgraduate Program in Territorial Planning and Socio-Environmental Development (Ppgplan) at Santa Catarina State University (Udesc) on the natural gas distribution scenario in Santa Catarina, contextualized in national and global terms. The interviewee, Walter Fernando Piazza Júnior, a retired Petrobras employee, has worked in the management of the concessionaire responsible for distributing the fuel in the state, Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), as well as in several other natural gas distributors in Brazil, and is currently with ESGás.

Keywords: Natural gas. Santa Catarina. Infrastructure. Public service. Regional development.

ENTREVISTA CON WALTER PIAZZA JUNIOR, DIRECTOR DE ESGÁS: LA GÉNESIS DE LA DISTRIBUCIÓN DE GAS NATURAL EN BRASIL Y EL PAPEL DE LOS "ANFIBIOS EN LA BÚSQUEDA DE LA SOBERANÍA

Resumen: Esta entrevista se realizó como parte de un proyecto de investigación del Programa de Posgrado en Planificación Territorial y Desarrollo Socioambiental (Ppgplan) de la Universidad del Estado de Santa Catarina (Udesc) sobre el escenario de la distribución de gas natural en Santa Catarina, contextualizado en términos nacionales y globales. El entrevistado, Walter Fernando Piazza Junior, empleado jubilado de Petrobras, ha trabajado en la gestión de la concesionaria responsable de

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Florianópolis (SC), Brasil, leonardo.estrella77@edu.udesc.br, <https://orcid.org/0000-0001-6293-7614>.

la distribución del combustible en el estado, Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGÁS), así como en varias otras distribuidoras de gas natural en Brasil, y actualmente está en ESGás.

Palabras clave: Gas natural. Santa Catarina. Infraestructura. Servicio público. Desarrollo regional.

Entrevistador - Como que a Petrobras iniciou no setor do gás natural brasileiro e como você enxerga e analisa, nessa primeira entrada, o papel que a empresa assumiu, já que ela fez parte da composição praticamente de todas as distribuidoras de gás do Brasil?

Piazza - Na verdade a distribuição do gás se deu primeiro de forma localizada, em alguns pontos. O gás oriundo de campos de exploração. Dá pra destacar os campos terrestres na Bahia. Com isso é importante conhecer a história da petroquímica de Camaçari e como que o gás do recôncavo, abasteceu, por muito tempo, antes das redes de gasodutos. Falo de antes das redes interconectadas, das redes de gasodutos de transporte. Basicamente falamos do gás explorado em terra. Então o primeiro e o mais antigo é o gás do recôncavo baiano, um gás importante para o polo de Camaçari. Mas podemos citar projetos menores como Sergipe, Alagoas, abastecendo fábrica de fertilizantes, e o Espírito Santo abastecendo a Aracruz Celulose. Ou seja, projetos localizados em função de descoberta de gás, em campos terrestres. Isso foi embrião para algumas localidades. E também onde começou a distribuição de forma mais forte em torno das refinarias de petróleo. O gás de refinaria abasteceu por exemplo o estado de São Paulo. São Paulo antes do gás natural canalizado, o gás de produção de campos de petróleo e gás associado, foi abastecido pelo gás de refinaria. A própria Comgás, ainda estatal, vendia o gás de refinaria. Da mesma forma em Porto Alegre, na refinaria Alberto Pasqualine e o polo de Triunfo. Ela abastecia basicamente a refinaria no caso do Alberto Pasqualine, Paulínea atendia São Paulo, e havia outras, como no Paraná com a Repar abastecendo fábrica de fertilizantes.

Entrevistador - E são projetos que a Petrobras estava envolvida?

Piazza - Tudo Petrobras, na verdade era a própria Petrobras através das suas refinarias. Até hoje todas são da Petrobras, especialmente a exploração dos campos em terra. Assim se deu o início do uso do gás mesmo que ainda não em forma de malha interligada. São Paulo pode-se dizer que era uma malha, né. São Paulo tinha, a Comgás estatal, que é hoje privada e centenária, do gás de carvão e do gasômetro. No Rio de Janeiro também. A companhia do Rio de Janeiro, a CEG, também começou

com gasômetro, quer dizer, o gás de carvão, mas quando a Petrobras criou a refinaria em Duque de Caxias já passou abastecer o Rio de Janeiro também com o gás natural ou gás de refinaria. Na verdade, a especificação muda um pouquinho, mas eu acho que se pode chamar de gás canalizado. Então, o gás local manteve o abastecimento de São Paulo e do Rio dando continuidade ao carvão. Não houve interrupção no abastecimento nessas cidades. Algumas outras cidades interromperam o abastecimento, cidades que começaram com gás de carvão, mas depois não tiveram oportunidade de dar continuidade. É importante essa primeira fase onde, pra muitos, não havia a cultura do gás. Mas quando você pensa na cidade de São Paulo havia a cultura do gás muito antes.

Entrevistador - Isso se deu mais ou menos quando?

Piazza - Os campos terrestres, eu acho que eles surgem juntos, estão associados, no final da década de 1970 e início da década de 1980. As refinarias são da década de 1970. Ali começa a se fazer distribuição de gás. As mais novas, como a Repar, é do final de 1970, entre 1977 e 1978. Outras são do início como em 1972. Essas refinarias na Petrobras ganharam um forte impulso por causa das duas crises do Petróleo nos anos 1970. Até lá a Petrobras basicamente tinha frotas de petroleiros, trazendo o derivado do petróleo do exterior. Havia petróleo a um ou dois dólares por barril e refinados a preços equivalentes. Então houve os primeiros choques do petróleo, o primeiro entre 1973 e 1974, e o outro em 1978 e 1979. Ou seja, no segundo a Petrobras estava preparada, já tinha montado três refinarias. Tem algumas refinarias que são bem antigas mesmo, a refinaria da Bahia, por exemplo, a Landulpho Alves-Mataripe, ela é anterior ao choque do petróleo. Lembrando que a Bahia foi o maior polo petrolífero até a década de 1970. Com isso, possui uma estrutura de petróleo e gás bem mais antiga. Claramente, na década de 1970, tomam forma as refinarias no Brasil em função dos choques do petróleo. A Petrobras deixou de comprar, porque, qual era a ideia do governo? Deixar de comprar o petróleo refinado e passar a comprar o petróleo bruto e refinar no Brasil. Com isso, o valor agregado ficaria no Brasil. E aí também se começa a investir em produção e exploração. O grande *boom* também se dá no choque do petróleo em 1973 com a descoberta do campo de Garoupa (Bacia de Campos/RJ). A partir desse marco inicia a exploração no mar. Com isso, inicia nos anos de 1980 o crescimento exploratório e de produção. Mas ainda assim, não havia condições de se exportar o gás. Tinha-se ausência de malhas, redes integradas de gasoduto que levassem o gás da costa para a indústria. Um caso exemplar, nos anos

1990 foi a descoberta de gás no litoral de Santa Catarina, entre 1995 e 1998. Em Itajaí havia potencial de gás pra explorar, mas sem infraestrutura não era possível trazer para o porto de São Francisco e aplicar no mercado. Pensou-se em levar para o campo de Merluza e assim escoar pra São Paulo. Economicamente o projeto não se viabilizou. Até o ano 2000, o *boom* exploratório no Brasil, de descoberta, não pode mais ser aproveitado por falta de redes. Nesse ponto que começa o papel da Petrobras. Com planos de investimentos, a estatal fez muitos investimentos. O mais ousado foi enfrentar o risco. Porque foi uma escolha arriscada colocar dinheiro para fazer o gasoduto de transporte Bolívia-Brasil (Gasbol) em uma empresa que trabalhava com exploração e produção em água profunda, já nos anos de 1990, realizando perfurações a mil metros de profundidade. Poços de 40 a 100 milhões de dólares, plataformas de cerca de um milhão na mesma moeda. Foram destacados investimentos, que enfrentaram muitos céticos que afirmavam que a Bolívia não tinha o gás. E, pior, os que diziam que não tinha mercado no sul do Brasil, que classifico como sendo os piores. Saber se a Bolívia tinha gás era uma questão, mas duvidar do potencial industrial do Brasil foi dureza. Se fez um projeto que se a gente analisar atualmente, sob a ótica de país, de relações bilaterais, binacionais, foi algo fantástico. Ou seja, a gente importa um importante energético. Essa foi a ação da Petrobras. Trazer um insumo pro Brasil de um país sem uma economia forte, que precisava de um apoio econômico pra dar um salto como nação. Eu não tenho dúvida. Hoje a Bolívia é vista diferente, muito diferente do que era vista antes.

Adendo: Destaca-se que o chamado Plano Nacional de Refinarias (04/04/1952), o qual previu a instalação de refinarias no país, fomentou a instalação da Reduc em Duque de Caxias com obras iniciadas em 1957, sua operação em 1961. Esse instrumento garantiu a implantação de 10 refinarias no Brasil entre 1954 e 1980 e, apenas entre 2007 e 2021, novas cinco refinarias surgiram.

Entrevistador - Era um gás de boa qualidade e também competitivo, certo?

Piazza - O insumo se mostrou abundante. Poços profundos, perfuração cara, e geologia complexa. Não foi uma operação simples. A Petrobras também se dispôs a fazer essa exploração, aceitou esse desafio. Claro que outras companhias, as *majors*, também se aventuraram na exploração, mas a Petrobras era o grande *player* de exploração na Bolívia. A empresa chegou a movimentar 30 milhões de m³ importados da Bolívia. Parecia que o Gasbol (Gasoduto de Transporte Bolívia-Brasil) “ficaria

vazio”, mas não foi assim. Em pouco tempo, em cinco, seis anos, sabia-se que esse volume seria pouco para o mercado brasileiro do Sul e do Sudeste. Logo, não tem como não citar o Gasbol ao falar das redes integradas. Porque a partir dele que efetivamente, claro que se pode falar também da questão política com a Constituição de 1988 que atribui aos estados o monopólio e foi esse monopólio que fez com que os estados criassem as companhias e desenvolvesse a infraestrutura. E isso criou um movimento regional. Em Santa Catarina tem umas das histórias mais bacanas, das mais bonitas pra ser contadas. Que é a mobilização pra comprar o gás. E todo mundo acreditou, apostou nesse potencial de mercado. Então é a partir do Gasbol que pode-se falar do gás natural canalizado no Brasil da forma como é vista no mundo. Não existe outra marca. Então você fala dos pontos anteriormente, dos sistemas locais, das redes pontuais e que a Petrobras que fez, isso é a Petrobras. E o Gasbol foi também a Petrobras que fez. A interligação do Gasbol com o Rio de Janeiro, permitindo o fluxo reverso. Esse é um ponto muito importante. A gente vai esquecendo com o tempo esse papel fundamental.

Entrevistador - E se não tivesse essa ligação?

Piazza - Se a Bolívia não pudesse atender, se tivesse um problema. A discussão seria outra. Garantia de suprimento, alternativa ao gás da Bolívia vindo do mar, do *offshore* brasileiro. A conexão que a Petrobras fez, em via de mão dupla na conexão entre São Paulo e o Rio de Janeiro, foi mais um investimento de garantia e suprimento para São Paulo e para o Sul. O nível de investimento foi altíssimo. E o que aconteceu de mais importante, falando ainda da Petrobras, foi que aquele risco apontado na verdade não ocorreu. Não houve nenhuma falta de suprimento pela Bolívia. Mesmo quando o Evo Morales assumiu o governo e houve um ruído maior, com as tensões ficando mais fortes, mais intensas e houve cobrança da indústria nacional sobre garantia de suprimento. Naquele período, mais ou menos cinco anos do início da operação do Gasbol, a Petrobras partiu pra construção de terminais de GNL (gás natural liquefeito). Construiu no Rio de Janeiro aquele que seria então um suporte para eventuais problemas, com 14 milhões de m³ por dia. E se observarmos de lá pra cá, quando falamos de 2010 para frente, já estamos falando de uma malha com outros pontos de entrada. Além do gás *offshore*, do GNL e com o ponto da Bolívia. Então a tensão do mercado, de uma eventual falta de suprimento, foi totalmente dissipada. E hoje nós estamos tendo outros problemas projetados. Ou seja, em função de uma ação coordenada, planejada e efetiva, com investimentos relevantes da Petrobras, o

mercado foi abastecido. Decididamente não haveria esse mercado sem a Petrobras. De vez em quando vemos alguém falando, mas sem retrospectiva histórica nenhuma. É o que eu sempre falo, a Petrobras é a Petrobras, pro bem e pro mal. As críticas à Petrobras muitas são válidas e adequadas, mas elas jamais diminuem tudo o que foi feito. Então é verdade, em algum momento pode-se dizer que se é ruim com ela seria muito pior sem ela. Isso é algo que ainda vamos ouvir.

Entrevistador - Qual a importância do papel da Petrobras dentro das distribuidoras? Vivenciamos todo esse processo das refinarias, e teve esse grande movimento do Gasbol que possibilitou as interligações, com isso a Petrobras deu conta dessas redundâncias pelos eventuais riscos de suprimento. Então criou o setor de GNL lá no Rio de Janeiro, interconectou o Rio com o Gasbol. E como é que começa esse processo no elo da distribuição? Me parece que nasce junto, confere?

Piazza - Exato.

Entrevistador - Mas qual o papel que você enxerga na Petrobras, dentro das distribuidoras? Qual é a relevância que a empresa teve nesse processo? Porque tinha a Enro (antes a própria OAS), tinha a Gaspart, tinha os governos estaduais que basicamente eram os poderes concedentes.

Piazza - As coisas não são dissociadas, lógico. São parte do mesmo processo. Quando eu falei que já tava garantido suprimento era porque já tinha mercado. Mas o consumo só aconteceu com a construção das redes de distribuição. Por isso que em 1990, quando se constitui as companhias estaduais de gás, a Petrobras então, que inicialmente atuava nesse elo com a BR Distribuidora, imaginou que a BR fosse a sua subsidiária adequada pra fazer esse papel. Porque possui uma visão de comércio e de varejo. Mas, descobre-se que não estava se tratando de varejo, mas sim de uma infraestrutura necessária pra desenvolver mercados. E aí a Petrobras absorve esse processo criando uma gerência de gás na sua estrutura. Não era mais uma subsidiária, mas inicialmente uma gerência, dentro da diretoria de gás, que foi o próprio diretor que conduziu a construção do Gasbol. Porque precisava criar o mercado. Como investia na infraestrutura nova precisava desenvolver mercado de consumo. E o mercado só se desenvolve com o que a gente chama, em inglês, a última milha, *the last mile*. O último metro de conexão. Se a distribuidora não fizer o seu último metro, conectando a indústria, o mercado não se viabiliza. E essa é uma coisa que, nas discussões atuais, estão deixando de pensar. As pessoas enxergam a

infraestrutura toda montada e não conseguem ver a necessidade de se fazer os últimos metros. Então, qual seria o papel da Petrobras? Entendo que foi trazer para dentro das distribuidoras o conceito de desenvolvimento de infraestrutura, que é o que a empresa sempre fez. A Petrobras sempre assumiu o papel de desenvolvimento, da infraestrutura e de viabilizar mercados. Na verdade, falo do desenvolvimento social, se pensarmos de forma mais ampla. Se você conversar com vários petroleiros da minha geração, da década de 1970 e 1980, se vê que tem dentro de cada um de nós bem marcado o objetivo de construir um Brasil, construir um país independente e soberano em termos energéticos.

Entrevistador - Qual seria o sonho original da Petrobras quando nasceu? A construção de uma empresa do país?

Piazza - Foi exatamente isso que se tornou de forma muito marcante em função do choque do petróleo, quando passou a buscar-se várias alternativas pra encontrar petróleo no território nacional. Falar do petróleo é fundamental porque hoje, todo esse mar de gás disponível, esse potencial de desenvolvimento, e muito mais do que isso, com as reservas de gás sendo fruto das atividades do petróleo (o Brasil explora majoritariamente gás associado e utiliza atualmente o insumo como fundamental no processo de produção no pré-sal via reinjeção) . Tanto que há muita crítica jocosa quando se achava o gás associado. Uma piada comum que se dizia, era: “como é que foi o poço aí?”, “cara, foi mal, deu gás”, porque aí a empresa tinha que abandonar o poço. Mas não é que não se queria o gás, é que não tinha infraestrutura para o seu escoamento. Então, muita gente usa de forma maldosa, que a Petrobras não queria o gás, que era uma época que o gás era um problema. Essa cultura dos petroleiros, de desenvolver um país, dar soberania e independência, formou uma massa crítica dentro da empresa que o objetivo era voltado para os grandes desafios, em se buscar o petróleo. E esse gás hoje, a Petrobras formou, nesse período, principalmente no final da década de 1970, início da década de 1980, com geofísicos, geólogos, engenheiros de reservatório, além de engenheiros de petróleo e perfuração. Nesse grupo dos três primeiros, pelo menos 80% foram treinados no exterior, todos com mestrado, pelo menos 50% com doutorado em engenharia de petróleo, geofísica e geologia de petróleo. Ou seja, uma busca incessante. Depois dos anos 2000, também na parte naval. Como perfurar, produzir e manter uma unidade de produção há mil metros de profundidade? Uma turma que saiu do zero, da terra para o mar. Somos meio anfíbios. Não, anfíbios são ao contrário, saíram do mar e vieram pra terra, nós

fomos para o mar. Então assim, numa brincadeira, o pessoal dizia: "essa turma que explorou há mil metros de profundidade começou com água na canela", que era o campo de Dom João Mar, na Baía do Recôncavo, feito em palafita. Era um lago raso, o pessoal fazia palafita de madeira e botava a sonda de perfuração em cima. Vem essas dobras de campo a 90 metros de profundidade, com as plataformas fixas. Então, essa cultura que chamávamos de autossuficiência, eu julgo que seja mais do que isso. O que se buscava era soberania e independência energética. Autossuficiência foi um nome que se usou. E aí chega o gás. E essa turma que vem para então montar e constituir esse núcleo de gás dentro da Petrobras, e ser o grupo de participações. Então, quem eram os diretores das novas companhias (distribuidoras de gás)? Pessoas oriundas da exploração e produção, dos núcleos de infraestrutura da empresa. Um pessoal que tinha essa vocação.

Entrevistador - Em que momento a Gaspetro surge nesse processo?

Piazza - A Gaspetro surgiu logo em seguida. No ano 2000, 2001. Ela é uma, na verdade, pessoa jurídica, que migrou da Petrofértil pra Gaspetro. Não foi uma empresa constituída nova, ela foi uma, vamos dizer assim, uma sucessão da Petrofértil. Porque a Petrofértil tinha muito contato com gás por causa dos fertilizantes, e estava em fase de extinção, de, como é que chama, extinção judicial, agora me fugiu o nome.

Entrevistador - Concordata?

Piazza - É, com isso a Gaspetro assumiu o passivo (massa falida) da Petrofértil, onde cabe um parêntese. Um dos passivos era a própria ICC, a Indústria Carboquímica Catarinense, que possuía várias áreas de dejeto de carvão. Em Forquilhinhas, em Criciúma e nas redondezas. Então, foi a Petrofértil que entrou nesse movimento. Você vê que ela surge exatamente no início de se expandir a necessidade das redes de distribuição, que se dá com a chegada do gás da Bolívia. E aí qual é a meta principal da Gaspetro? Expansão das redes de distribuição. Investimento em rede de distribuição. E ela fez isso com todas as companhias, independente de resultados, foi realizando a expansão e crescendo as redes à medida em que as companhias também cresciam. Por isso que se tornam paralelas as duas conversas. O mercado cresceu. Mas cresceu como? Foi através da expansão das redes. E isso é muito verdadeiro, mas os estados vão dizer "não, a gente montou uma termoelétrica, aqui foi um polo petroquímico".

Entrevistador - Em Santa Catarina não teve uma âncora?

Piazza - Quando se fala em Santa Catarina, isso é muito verdadeiro. Mas nos outros estados também é porque as pessoas enxergam o que é grande. E isso foi muito interessante, em 2006, numa ida que eu fiz à TBG (operadora do Gabsol), pedindo expansão do Gasbol, eu projetava que Santa Catarina iria facilmente ultrapassar os dois milhões de m³ por dia, que era o volume de compra que se tinha na época (hoje o estado vive uma crise de preço o mercado que chegou a consumir 2,2MM m³/dia, consome pouco mais de 1,6MM m³/dia).

Entrevistador - E esse volume está crescendo em cima da base de clientes atuais, correto?

Piazza - É isso aí. Cresce na base. Mas precisa levar para outras regiões. E aí veremos o mercado de gás crescendo também. Quando chegávamos em Blumenau o pessoal dizia “tá bom, tem as grandes têxteis”, e a gente depois disse “não, tem um monte de pequena empresa que fornece para as têxteis”. Muita gente criticou e critica o processo de concessão, sem entender profundamente.

Entrevistador – Partindo de uma avaliação de que o país não evolui com esse novo marco legal (Novo Mercado de Gás), como é que você sugere projetar o futuro desse setor? Como se dá conta desse processo futuro? Digo isso, porque a distribuidora sozinha não consegue dar conta de tudo.

Piazza - Aí vamos entrar um pouquinho mais em política, você vai ouvir agora não o Piazza técnico, aquele que vivenciou a história do setor. Você vai ouvir agora o que eu sou, como eu sou em função daquilo que vivenciei, o que eu me tornei como pessoa. Vivemos um momento em que a sociedade brasileira já vem de certa forma discutindo, e decidiu em 1998, tirar esse papel monopolista da Petrobras. Ou seja, como o monopólio do petróleo e do gás continua sendo da União, mas a Petrobras deixa de ser a monopolista que explora o setor. A sociedade encarava essa realidade de forma positiva desde 1998 e os movimentos crescem nesse sentido. Entendia-se que não dá pra ter atualmente uma empresa estatal com a verticalização de toda a cadeia fóssil. No caso estamos falando do gás e também do óleo. Serve para os dois. Então, o que está sendo feito? Diminuindo a presença de um grande *player* que operava de forma verticalizada e que com isso, sob a ótica do mercado, determinava o preço, certo? Um adendo, o mercado, ele não tem cara. O mercado também não é

homogêneo. Então quando se fala no mercado deve-se dar os nomes. Mas ele, mercado, também é incoerente. Porque ele não diz o que ele quer, considerando que ele é diferente e não é homogêneo em si mesmo.

Entrevistador - E tem uma visão focada no curto prazo também!

Piazza - Perfeito, você chegou no ponto. O que ele quer é hoje, garantir que ele, que as despesas dele, os custos dele, permitam ele competir para vender o produto dele, no mercado dele, seja no Brasil ou fora. Então o mercado é míope, sob a ótica do longo prazo, sob a ótica que é a da infraestrutura. Então, quando falamos de infraestrutura, falamos em horizontes de cinquenta anos, certo? Então toda essa discussão que passou e temos passado nessa década, é uma visão conduzida pelo mercado, dizendo que a Petrobras forma o preço porque ela quer, por ser monopolista e verticalizada. Então, há um suposto prejuízo, uma suposta desvantagem para outros grandes *players*. Porque o mercado tem grandes agentes e são esses que fizeram o movimento de abertura, certo? Essa suposta desvantagem é principalmente comparada com preços de gás nos Estados Unidos, o que mostra a total falta de conceito e sustentação nos argumentos. Eu cansei de ir a seminários e não aguento mais ouvir as pessoas querendo o preço do gás dos Estados Unidos, como se a estrutura geológica aqui fosse igual à de lá. Como se o gás fosse igual ao de lá, como se a infraestrutura de escoamento fosse igual à de lá. Muitos falam porque repetem, então assim, quando começou a se criar essa discussão, não só tava-se criando um eco, mas fazendo repercutir na sociedade que o preço praticado pela Petrobras seria inadequado. A minha visão desse movimento atualmente, do marco legal sob a ótica da Petrobras, é que se imagina que o livre mercado vai trazer preço mais competitivo. Se você acredita que o livre mercado traz competição, eu também acredito, mas por que você está trazendo isso pra infraestrutura que é algo que é um serviço público e regulado? É um serviço público concedido e consequentemente regulado, porque não faz preço, certo? Então, aí é que está distorcida a discussão. O pessoal fala que tem que baixar o preço da margem, eu falo, não, a margem é aquela que o estado subnacional quer, que dá condição para a empresa operar e investir. Qual seria a margem? Ninguém quer nem mais, nem menos.

Entrevistador - Então podemos assumir que depende do planejamento?

Piazza - Exato, depende do poder concedente. Ele diz “eu quero uma margem pra expandir”. E essa tarifa alta? O preço é o preço da molécula, então a competição do

energético se dá pelo preço da molécula. Essas discussões ficaram juntas e surge uma questão que eu queria falar, a política. Eu acho que com isso, cada vez mais se prova que o Brasil já deixou de ser uma Federação há muito tempo. Por que todas as forças econômicas político nacionais levam a solução para Brasília? Por que não fortalecer a Federação, a República Federativa, as Federações? Então, cada vez mais, o Brasil transfere suas decisões para Brasília, decisões locais e que a Constituição definiu que seriam locais. Então se fala de maneira autoritária, arbitrária e oportunista. Porque é muito mais fácil discutir com quem está longe da ordem, do dia a dia. E o Brasil está fazendo isso. De forma oportunista, mas destruindo nosso modelo de República Federativa, por isso estou falando agora de política.

Entrevistador - Você considera que tem muita coisa em jogo que não está sendo discutida, em termos de necessidades locais, objetivos regionais, questões geográficas, como por exemplo como ficaria a competição do setor cerâmico de Santa Catarina a depender do que acontecesse na concessão de São Paulo?

Piazza - Exatamente. E aí que vêm as consequências. Por que a discussão em Santa Catarina não é suficiente pra definir o que ela quer em termos de infraestrutura de energia, por que não é suficiente? Porque tem um bando de oportunistas, certo? E aí discutiram lá em cima. O que na verdade estão fazendo, de forma sutil, ou não tão sutil assim, é enfraquecendo um artigo importante da Constituição. Claro que eles não quebraram, não vão quebrar, mas transferiram para a esfera federal aspectos que são claramente aspectos de mercado, aspectos locais, do mercado local.

Entrevistador - Mas você acha que isso tem um componente de insegurança jurídica que pode fazer muitos estados reagirem?

Piazza - Sim, alguns vão. Eles têm que reagir. Quando a gente viaja pelo mundo, e eu viajei muito no mundo do gás, tive a oportunidade de estar em muitos países, falando com reguladores e falando com operadores de distribuição. Na Alemanha, por exemplo, o sistema é regional, não é concessão do Estado. As companhias são de água e gás, quer dizer, é infraestrutura pura. Distribuir água e gás. Portugal é muito interessante. Eu tenho lido bastante. Eu cheguei a fazer um trabalho dos sistemas locais, o que achei bem interessante. Vou até começar a publicar um pouquinho agora. Eu tô aqui, fora da Gaspetro, com mais tempo pra trabalhar autônomo também, publicar algumas coisas. Mas voltando ao nosso debate. A infraestrutura é localizada. Claro que cada estado sabe o que quer. Alguns estão fazendo (redes) e não tão

sabendo o que é. Mas isso é do processo de amadurecimento. Você entrega pro governador um trabalho mostrando a importância dessa infraestrutura, vai criando conhecimento e sensibilizando.

Entrevistador - E você concorda que Santa Catarina tem um modelo de concessão diferente de todo o país? Por que a gente não teve esses grandes âncoras ou esses principais empreendimentos que deram suporte?

Piazza - Santa Catarina não corre o risco dos *bypass*, tem alguns casos específicos ali, mas é muito pouco provável. Então, eu acho que o estado vai passar por um momento positivo com o consumidor livre. Porque começamos a deixar de falar da molécula e começamos a falar da infraestrutura. O valor agregado do serviço de distribuição. Porque é esse modelo que leva a molécula lá na ponta. Então eu acho que o momento é muito interessante, porque muitos falam “ah, mas o mercado livre vai prejudicar as companhias”. Não, não vai (mercado livre aqueceu no Brasil nos últimos dois anos, em Santa Catarina cerca de 40% do volume atual está nesse modelo atualmente). Com a regulação adequada, que não permita o *bypass* e que faça com que todos os consumidores paguem a tarifa de uso do sistema de distribuição de uma forma equânime se tem equilíbrio. É equânime como atualmente, as margens são distribuídas. Pra mim, TUSD (tarifa única de serviço distribuição) seria igual à margem. “Ah, porque a TUSD tem que ser melhor”. Isso é um discurso oportunista que estão fazendo pra destruir a infraestrutura. O plano de investimentos da SCGÁS, ele sempre foi muito focado na necessidade do estado. Ela foi crescendo elevando essa infraestrutura pra muitos municípios. Julgo como algo exemplar. É fantástico quando se vê o crescimento da SCGÁS em 20 anos. E não só o volume. É o tamanho da rede de aço. Assim, a SCGÁS nem começou ainda o mercado urbano (atualmente a concessionária dá foco no mercado residencial de baixo consumo). Tem lá o seu, seus embriões lá, pra mostrar que tinha né, mas ela nem começou. Então tem muito pra fazer. E tem gente que diz “não, já fez bastante, não precisa expandir mais”. Imagina, você vai ter uma capital como Florianópolis, uma cidade como Joinville, uma cidade como Blumenau sem a infraestrutura?

Entrevistador - Como é que você enxerga o futuro da distribuição de gás? Na primeira fase da concessão a SCGÁS atendeu o setor industrial de alto consumo, os termointensivos, aqueles que precisavam de gás para competir. Como é que a SCGÁS vai se comportar daqui pra frente? Como é que o GNV vai se comportar com

a frota pesada? Como é que o biometano pode se interconectar com a nossa realidade? Como é que você enxerga essa segunda parte da concessão que o estado iniciou?

Piazza - O gás, ele vai ser demandado. O mercado vai demandar o gás dos produtores. E nós, das distribuidoras, nós somos essa ponte. Quando falamos que chegou em Lages, não é de hoje que Lages quer o gás, está certo? Então, eu não sei te dizer quanto tempo para regulação e o poder concedente entenderem que o gás é necessário em todas as áreas. Aí é uma questão de cultura, de muito trabalho.

Entrevistador - Talvez o desafio hídrico ajude nisso?

Piazza - É. Porque assim, é um serviço público concedido. Então nossa capacidade de execução e de nível de expansão, ele se dá com base nas premissas estabelecidas pelo poder concedente. Eu costumo dizer que não existe regulação certa e regulação errada. Existe aquelas, claro, feitas de forma bem-intencionada e sem oportunismo. Podemos fazer uma regulação boa para o meu Estado. O que acontece atualmente, que é uma força que contrapõe, que desloca desse futuro do gás natural, que tira a aceleração, a velocidade pra esse futuro, são justamente as indústrias que já consomem o gás. Elas colocaram na cabeça, e há muito tempo falam, que não precisa mais. Isso é palavra do Presidente da Abrace (2019 até hoje), Paulo Pedrosa. Eu vou repetir o que ele disse: “Não sei pra quê fazer rede pra cidadezinha qualquer pra fritar bife”. Ele não é ignorante o suficiente, porque ele sabe já, viaja pro mundo todo, que qualquer vilarejo nos Estados Unidos, na Europa, tem gás natural. Assim como tem em Portugal lá no meio da vinícola, lá no meio da plantação de vinhedos e uvas. Então, não é ignorância. É um claro movimento da indústria que não quer investimento em infraestrutura para que não haja aumento das margens de transporte e de distribuição. Ou seja, é a cultura do atraso. Então, o que eu diria, qual o futuro? O futuro é demanda pelo gás, certo? É o gás pra veículos pesados, é o gás pra climatização, é o gás como alternativa da geração de energia, seja distribuída ou cogeração. E não é só o gás natural, é o gás natural renovável, biometano, tá certo? Hidrogênio verde, tá certo? Para infraestrutura não importa como a gente chega no mercado. A gente vai chegar, vai levar o combustível mais demandado. E que com certeza não vai ser líquido. Porque assim vamos deslocar para as opções renováveis. Então, o que eu vejo como próximo passo, um trabalho grande, é chegar nas áreas, em regiões que não dispõem hoje de infraestrutura de transporte. Esse é o futuro. Mas vai ser sempre assim? Não.

O mercado vai puxar infraestrutura de transporte, certo? Não acredito que o Brasil faça infraestrutura de transporte do jeito que era feito antes e a gente já explicou o porquê. Não tem empresa hoje que diga “eu assumo esse risco”. Então as distribuidoras têm que fazer isso. Onde é que tá esse papel? Sistemas locais, captação de biometano, distribuição de biometano, GNL e, principalmente, distribuição do gás para pequenos consumidores. Não faz sentido para mim passarmos mais duas décadas e não levar para pequenas indústrias e municípios com baixa escala industrial. Santa Catarina não sofre tanto disso, o estado tem uma distribuição social bastante equilibrada, como é o interior de São Paulo. Mas no resto do Brasil (menos de 9% dos municípios brasileiros acesso o gás natural) continuamos a ter as capitais com dois terços da população do estado e um bolsão de pobreza sem tamanho. Quando vemos uma agência reguladora de São Paulo permitindo investimentos de alta monta, o pessoal costuma dizer que copia muito a regulação de São Paulo, que é a melhor. Eu falo o seguinte, poucos copiam. Claro que a regulação tem problemas, a margem é alta, mas o investimento para o interior é grande. As companhias conseguem investir, tem R\$ 300 milhões a cada quinquênio. Imagina você construir 40 quilômetros de gasoduto para levar o biometano da usina de Canguçu até Presidente Prudente. Trata-se de uma regulação que está pensando no renovável, está pensando no interior, está pensando na cidade média. Então isso é o futuro. Eu acho que esses exemplos vão começar a contaminar os reguladores. Talvez os próximos cinco anos sofreremos essa contrapressão da tarifa mais baixa (de fato as tarifas aumentaram muito no Brasil a partir de 2019), mas eu acho que o próprio consumidor livre, a regulação do consumidor livre, vai mostrar que o ataque é outro. Tem que buscar uma molécula adequada ao seu processo.

Entrevistador - Então como se mantém a competitividade da indústria atualmente atendida? Como se realiza os investimentos de forma mais equilibrada?

Piazza - Definitivamente não é na margem de distribuição que garante competitividade. Olha, há 20 anos que eu acompanho esse mercado, não é isso que faz a diferença. Eu já discuti vários processos em se fazia uma disputa sobre a margem. Seja no sistema local, sistema GNC (gás natural comprimido), aquisição de biometano. Em vários processos, se dizia, “mas não, vai subir tanto a margem”. Olha, quem faz a competitividade do gás natural é a molécula. A margem eu calibro do jeito que quiser. Eu preciso de 13%, eu preciso de, sei lá, de 30 centavos, preciso de 25

centavos. Esse é o modelo do Estado. Nós queremos no próximo quinquênio que essa seja a margem, é isso. Não vai fazer diferença. Por isso que eu falei que um grande desafio é que o modelo concedente e o regulador entendam qual é a demanda do estado em termos de infraestrutura. Qual é a demanda do estado em termos de infraestrutura? “Ah, não, não quero levar pro interior”. Bom, é uma decisão do poder concedente (estado). Essa questão que você colocou da necessidade da indústria, é claro. Querem matar a indústria? Ninguém quer matar a indústria, ao contrário. Queremos mais indústrias, queremos mais pujantes. É isso senão não faz sentido nova infraestrutura. Por fim, o gás é, definitivamente, a transição para as renováveis. Se quer baixar a quantidade de emissões atmosféricas, muda para o gás. Está pronto e é abundante e econômico. Mas como é que se chega na renovável? Chegaremos, como todos os países estão chegando. Seja biometano seja hidrogênio verde. Não importa. Mas, o mercado vai demandar, vai pedir, e teremos que chegar.

Conjuntura atual

A entrevista foi concedida em 2021. Ressalta-se que, em 2015, a japonesa Mitsui adquiriu 49% da Gaspetro, empresa então controlada pela Petrobras. Em 2022, a privatização foi concluída com a venda dos 51% restantes para o Grupo Cosan, por meio da subsidiária Compass, que deu origem à Commit, substituindo a Gaspetro.

Com o avanço do Novo Mercado de Gás (NMG), entre 2019 e 2022, observou-se uma transição estrutural na distribuição de gás natural no Brasil: a concentração do setor passou a se dar na esfera privada, com destaque para grupos como Cosan, Mitsui, Energisa e Naturgy. O NMG, pautado na liberalização do mercado, especialmente via acesso aos gasodutos de transporte e pela transferência de ativos rentáveis do setor público para o setor privado, foi sucedido pelo programa Gás para Empregar.

Persistem desafios estruturais no setor: gargalos logísticos nas infraestruturas de transporte e escoamento; perda de competitividade nos preços, o que tem provocado a migração de parte do setor industrial para o mercado livre ou o retorno ao uso do GLP (gás liquefeito do petróleo); e a necessidade de ampliação da oferta de gás, especialmente diante da sazonalidade do regime hidrológico brasileiro. Há também atualmente uma disputa, mediada pela ANP via consulta pública e com judicialização, entre os agentes de transporte e distribuição quanto à classificação dos gasodutos de

transporte conforme exige a Nova Lei do Gás (Lei n. 14.134/2021 e seu decreto regulamentador n. 10.712/2021).

Os campos terrestres permanecem subexplorados, enquanto a Petrobras prioriza a produção em águas profundas. O país segue dependente do gás boliviano, mesmo com a redução da oferta por parte da Bolívia. Ao mesmo tempo, a Argentina, com a abundância de gás não convencional na Bacia de Neuquén, desponta como o principal player da América do Sul no campo da oferta. Além disso, a oferta do insumo se restringe a 9% dos municípios brasileiros.

A Gaspetro, empresa historicamente vinculada ao desenvolvimento da infraestrutura de distribuição em cerca de 20 estados brasileiros, legado também da integração viabilizada pelo Gasbol, teve seus ativos repassados ao controle de capitais privados, nacionais e internacionais, com forte presença de grupos associados a interesses estrangeiros.

Entrevistador

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Leonardo Mosimann Estrella - Entrevistador. Elaborador das questões. Gravação da entrevista. Degravação da entrevista. Revisão ortográfica da entrevista. Elaboração e edição do “Conjuntura Atual”.

Walter Fernando Piazza Júnior - Entrevistado.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Foi obtido o consentimento escrito dos participantes, conforme termo de autorização assinado pelas partes.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 15-20-2024

Aprovado em: 03-06-2025